



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA
ESCOLA**

ADALGIZA DE FÁTIMA SILVA

ORIENTADORA: RAQUEL SOARES DE SANTANA

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



ADALGIZA DE FÁTIMA SILVA

**INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA
ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB – Pólo Vitória/ES

Orientadora: Prof^ª. Mestre Raquel Soares de Santana

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ADALGIZA DE FÁTIMA SILVA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

RAQUEL SOARES DE SANTANA (Orientadora)

JULIANA EUGÊNIA CAIXETA (Examinadora)

ADALGIZA DE FÁTIMA SILVA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

AGRADECIMENTOS

À Deus pela iluminação, dando forças nos momentos de angústia para continuar.

Ao meu marido pela ajuda e compreensão, permitindo que fosse dada prioridade ao curso, incondicionalmente.

Aos meus filhos pelo incentivo, em especial à filha Elisa pela compreensão.

À nossa Professora orientadora Raquel Soares de Santana pelo apoio, compreensão, dedicação e paciência dispensados.

À nossa tutora Edna Maria Marques Bonomo pela ajuda e preocupação constante.

Aos colegas pelas várias contribuições para o nosso aprendizado.

Aos professores e coordenadores do curso por nos proporcionarem esse aprendizado.

Aos participantes da pesquisa pela colaboração e contribuição.

À todos que participaram e contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, para minha formação e crescimento pessoal.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal a análise do documento projeto político-pedagógico e suas implicações em um contexto escolar inclusivo, por entender que este é um instrumento de fundamental importância para a realização efetiva da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. Os pressupostos do projeto político-pedagógico concatenam com a busca de um ensino de qualidade e sendo assim, deve ser construído de acordo com a realidade de onde a escola está inserida, e principalmente dos sujeitos pertencentes a ela. Em contextos inclusivos, se deve traçar metas e objetivos que contemplem as necessidades dos alunos com deficiência. O projeto deve nortear as ações de todos que fazem parte da escola envolvendo professores, direção, pais, alunos, comunidade local, equipe pedagógica e demais funcionários. Dessa forma com uma participação coletiva todos contribuirão para alcançar os objetivos idealizados. A pesquisa fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, configurando-se como um estudo de caso, em virtude do tema estudado tratar de questões subjetivas, em uma escola da rede pública estadual do município da Serra, no estado do Espírito Santo. O estudo de caso foi escolhido por nos permitir trabalhar situações de forma aprofundada e complexa. A análise foi feita a partir da leitura do documento, de uma entrevista semi-estruturada com perguntas abertas que compunham um questionário base aplicado à equipe pedagógica e a um grupo de dez professores, além de observações feitas nos ambientes de sala de aula, sala de recursos e pátio escolar anotadas em um caderno de campo. Através da análise do documento verificou-se pontos negativos em sua elaboração, os quais justificam a pesquisa de forma a contribuir para o processo de inserção de alunos com deficiência na escola regular de ensino. As respostas ao questionário sejam elas, de forma escrita ou falada, bem como as anotações feitas no caderno de campo respaldam as ideias aqui expostas e os argumentos apresentados sob a forma das categorias de análise. As categorias de análise definidas foram: visão limitada e conservadora da equipe escolar em relação à educação inclusiva; visão burocrática de projeto político-pedagógico; maiores desafios encontrados; perspectivas encontradas através de olhares diferenciados, realidades dentro e fora da escola, proposições que precisam ser do conjunto.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, projeto político-pedagógico, necessidades especiais, educação especial.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1.1 – O que é projeto político-pedagógico?.....	13
1.2 – A inclusão escolar e o projeto político-pedagógico.....	17
1.3 - A legislação e o projeto político-pedagógico.....	22
II – OBJETIVOS.....	27
2.1 – Objetivos gerais.....	27
2.2 – Objetivos específicos.....	27
III – METODOLOGIA.....	28
3.1 – Fundamentação da metodologia.....	28
3.2 – Contexto de pesquisa.....	29
3.3 – Participantes.....	31
3.4 – Materiais.....	35
3.5 – Instrumentos de construção de dados.....	35
3.6 – Procedimentos de construção de dados.....	36
3.7 – Procedimentos de análise de dados.....	39
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS.....	40
4.1- Visão limitada e conservadora da equipe escolar em relação à educação inclusiva.....	42
4.2 – Visão burocrática de projeto político-pedagógico.....	44
4.3 – Maiores desafios encontrados.....	51
4.4 - Perspectivas encontradas através de olhares diferenciados, realidades dentro e fora da escola com proposições que precisam ser do conjunto.....	53
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES.....	63
A – Questionário (Modelo aplicado para as entrevistas com gestor, pedagogo, professores e monitor).	63
ANEXOS.....	66
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	66

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor, gestor, pedagogo e monitor (Modelo)..... 68

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações sobre a escola	31
Tabela 2 – Características dos sujeitos da pesquisa	34
Tabela 3 – Relação de alunos com necessidades educacionais especiais (ANEES)	34
Tabela 4 – Período de realização da pesquisa	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Equipe Escolar	31
Gráfico 2 – Participantes da pesquisa	32
Gráfico 3 – Quadro de funcionários, professores e equipe pedagógica da escola	41

APRESENTAÇÃO

A minha trajetória na educação teve início desde os tempos da universidade, quando então iniciei como monitora no Laboratório de Física Experimental. Posteriormente, e já com o curso concluído, substituí um professor de Matemática nas 6^a e 7^a séries na rede estadual, e paralelamente iniciei uma jornada de aulas particulares de Matemática, Física e Química, e até mesmo, Português, para o ensino fundamental e médio. O caso mais significativo foi o de um aluno que cursava a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do fundamental. A metodologia utilizada na escola possuía o formato de módulos, onde o aluno matricula-se por disciplina e vai eliminando as disciplinas conforme suas condições. Ele leva a apostila de conteúdos para casa, estuda e quando se sentir preparado para ser avaliado, vai até a escola e faz uma avaliação escrita. Esta escola hoje é o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Vitória, onde tive a oportunidade de ministrar aulas de Física em 2009. Retomando então ao relato, iniciamos as aulas de Matemática e Ciências, e posteriormente de Português, pois ele tinha dificuldades de aprendizagem em consequência de um distúrbio ocular¹, conhecido por ambliopia ou vista preguiçosa, tendo sua visão reduzida de aproximadamente um terço, e, por isso não conseguiu concluir o ensino fundamental no ensino regular, ficando fora da escola por alguns anos, e ele dizia que os professores não tinham paciência para ensiná-lo, e que ele pedia para se sentar nas carteiras da frente, porém as primeiras carteiras eram destinadas a quem chegasse primeiro na sala de aula. A própria direção da escola não teve interesse em colaborar. O surpreendente foi que ele concluiu o ensino fundamental através do sistema da EJA e posteriormente, a EJA do ensino médio, na rede particular. Concluiu também o curso técnico de Meio Ambiente. Ingressou no curso técnico de Química do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), porém desistiu no 1^o ano do curso pelas dificuldades de aprendizagem encontradas.

Em 2008, ministrando aulas de Física na rede estadual para uma turma do segundo ano do ensino médio vivi uma situação um tanto quanto constrangedora.

¹ Desalinhamento dos eixos visuais

Há mais de um mês em sala de aula observei que uma determinada aluna que se sentava na penúltima carteira da primeira fila do lado direito da sala passava a maior parte do tempo das aulas de costas para o professor; mais tarde fiquei sabendo que o fato acontecia também na maioria das aulas de outros professores. Então, comecei a chamar atenção da aluna, quando a turma derramou-se em gargalhadas. Sem entender nada, perguntei: “Por que vocês estão rindo?” E, para surpresa minha, ouvi: “Ela é surda professora!” Fiquei tão estarelecida com o que ouvi que não tive mais nenhuma palavra a dizer. Situação semelhante ainda ocorre em muitas escolas.

A partir de 2009, lecionando Física, na escola CEEJA de Vitória, me deparei com vários alunos com deficiência, como cegueira, surdez e outras. Para uma aluna com dificuldade de aprendizagem, denominada Dislexia², não foi impeditivo para que a mesma obtivesse o aproveitamento necessário para a sua aprovação, o que foi alcançado com êxito em relação aos demais alunos, devido à superação da aluna.

Neste contexto, de segregação, exclusão e inclusão iniciei o curso de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar onde comecei a conhecer sobre o tema “inclusão escolar” e “necessidades educacionais especiais” e, então, passei a refletir sobre como a escola se prepara para receber estes alunos, ou como a escola se organiza, ou ainda, elabora o seu projeto pedagógico para o enfrentamento da inclusão escolar, tema de grande desafio nas escolas atuais.

Assim surgem alguns pontos a serem respondidos e este trabalho foi direcionado de forma a responder as seguintes perguntas: Como devo agir ao receber um aluno com necessidade educacional especial, se não me sinto capacitado para esse atendimento, partindo do princípio que existem escolas que não possuem se quer um pedagogo? De que maneira os conceitos de projeto político pedagógico e inclusão escolar se relacionam? O que cada um deles significa?

² Distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração (Associação Brasileira de Dislexia – ABD)

Este trabalho buscou um diálogo sobre Inclusão Escolar: Desafios e Perspectivas de Implementação do Projeto Político-Pedagógico na Escola para compreender a relação existente entre este instrumento de propulsão com a prática docente na perspectiva inclusiva, com o objetivo de analisar a importância e a contribuição do Projeto Político-Pedagógico com vistas à viabilização da inclusão no contexto escolar.

Identificar no Projeto Político-Pedagógico da escola aspectos que direcionam as ações pedagógicas de forma a realizar a inclusão escolar do aluno com deficiência; Investigar quais os aspectos que direcionam o olhar pedagógico que estão contemplados no Projeto Político-Pedagógico da Escola de forma a incluir efetivamente o aluno com deficiência e identificar os principais desafios e perspectivas existentes para a inclusão do aluno com NEE contempladas no Projeto Político Pedagógico. Nosso objetivo foi desenvolver um trabalho voltado para o fazer pedagógico e por isso o foco está centrado no projeto político-pedagógico da escola.

Procuramos compreender a importância e contribuição do Projeto Político-Pedagógico da escola na concepção da educação inclusiva e sua relação com o cotidiano escolar, refletindo sobre os princípios teóricos-pedagógicos e legais que norteiam o trabalho pedagógico em um contexto de inclusão. São muitos os desafios e perspectivas na implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) com vistas à sua aplicação efetiva, buscando atender à diversidade e considerando a realidade local da comunidade escolar. Aqui foram abordados princípios, questões, desafios e perspectivas em relação à inclusão sob a visão do PPP.

Inicialmente, apresentamos o referencial teórico com o objetivo de expor concepções da inclusão escolar e do PPP. Na segunda parte, foram indicados os nossos objetivos. E na terceira parte a metodologia utilizada buscou estabelecer uma relação entre os participantes pesquisados de forma a utilizar o conhecimento teórico adquirido sobre a inclusão escolar bem como conhecer as práticas bem sucedidas no cotidiano escolar e a sua relação com o PPP da escola. A pesquisa usou a metodologia qualitativa e descritiva, de acordo com a metodologia desenvolvida por Branco e Valsiner (1997), descrita como um processo cíclico de construção do conhecimento, onde o ensinar interage com o aprender. Para a

obtenção dos dados foi feito um estudo de caso em uma escola da rede pública estadual do Espírito Santo com matrícula de alunos com deficiência. A coleta de dados foi feita através de observação do cotidiano escolar com registros no caderno de campo, aplicação de questionários e entrevistas com perguntas semi-abertas acompanhadas de uma dinâmica conversacional sobre cada resposta dada, o que contribuiu consideravelmente para a nossa interpretação.

Conforme apontam os autores Gadotti (1994), Padilha (2001), Veiga (1996, 1998, 2002, 2003), Vasconcellos (1995), dentre outros, esperamos que as observações, pensamentos e reflexões deste trabalho contribuam para a elaboração e construção de um Projeto Político-Pedagógico e que o mesmo contribua para o processo de construção do conhecimento na perspectiva da educação inclusiva.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.2 – O QUE É PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

A palavra projeto significa “lançado para diante”, sendo sua origem do latim *projectu* dando a idéia de algo a ser executado, um planejamento, um plano, um intento, um desígnio, um propósito, uma resolução, uma decisão. Sob a visão de um planejamento podemos dizer que é a forma de organizarmos aquilo que temos em mente. “Projeto é meta, mas torna concreto e gerador de movimento quando transposto para a compreensão das pessoas e por ela assumida” (FERREIRA, 2003, p.112). Ainda, encontramos como definição da palavra, que projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.

Os projetos surgem normalmente em função de uma consideração estratégica definida por: necessidade organizacional, demanda de mercado, solicitação de um cliente, avanço tecnológico ou requisito legal.

As principais características de um projeto são: temporários, possuem fases (planejamento, execução e manutenção), têm como resultado produtos, serviços, ou resultados exclusivos, desenvolvimento por etapas de continuidade por incremento com uma elaboração progressiva, realizados por pessoas, possuem recursos limitados. (WIKIPÉDIA, 2011).

Em um contexto de gerência de projetos, o ambiente onde o projeto opera deve ser descrito. E, a partir da necessidade de gerenciamento das atividades do dia-a-dia a observação do ambiente torna-se fundamental, porém não é suficiente para alcançar o sucesso do projeto.

As fases de um projeto são chamadas de ciclo de vida de um projeto e possuem as seguintes características, de acordo com a Wikipédia (2011).

Cada fase do projeto é marcada pela entrega de um ou mais produtos (*deliverables*), como estudos de viabilidade ou protótipos funcionais; No início de cada fase, define-se o trabalho a ser feito e o

pessoal envolvido na sua execução; O fim da fase é marcada por uma revisão dos produtos e do desempenho do projeto até o momento; Uma fase começa quando termina a outra. Quando há *overlapping* entre as fases, chamamos essa prática de "*fast tracking*". Nesse caso, começa-se a trabalhar nas próximas fases do projeto antes do fim da fase corrente (entrega e revisão dos produtos); Os custos são geralmente crescentes à medida que a fase avança; Os riscos são geralmente decrescentes à medida que a fase avança; A habilidade das partes envolvidas alterarem os produtos de cada fase é decrescente à medida que a fase avança; Cada indústria apresenta diferentes fases específicas para seus projetos, sendo que muitas têm suas fases detalhadamente descritas, em padrões. (WIKIPÉDIA, 2011).

Ainda, de acordo com a Wikipédia, as partes envolvidas em um projeto são:

(...) indivíduos e organizações ativamente envolvidos no projeto, cujos interesses são afetados (positiva ou negativamente) por ele, ou que exercem influência sobre o mesmo. Incluem o gerente de projeto, o cliente, a organização que fará o projeto, os membros da equipe de projeto, o sponsor/patrocinador (indivíduo/grupo interno ou externo que provê os recursos financeiros para o projeto). Inclui também partes externas, como fundadores, vendedores, fornecedores, agências governamentais, comunidades afetadas pelo projeto e a sociedade em geral. É boa prática identificar cada uma das partes envolvidas no projeto, identificar e gerenciar possíveis áreas de conflito entre elas. Uma orientação geral é resolver as diferenças entre as partes favorecendo o cliente. (WIKIPÉDIA, 2011).

Em contextos sócio-econômico e ambiental um projeto deve levar em conta: regulamentos e padrões, questões pertinentes a internalização, questões de diferenças culturais, tais como, política, economia, etnia, religião, e sustentabilidade social.

A definição de projeto pedagógico teve início em meados de 90, e se concretiza com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei 9394/96) em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Conforme aponta Gadotti:

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.579).

Parafraseando com Veiga (2003), ela escreve sobre a articulação entre inovação e projeto político-pedagógico e diz que "o resultado final é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas." E que assim, faz-se necessário que o processo e produto estejam de forma coesa. E neste cenário, define que

o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos.(VEIGA, 2003, p. 275).

Bicudo (apud Veiga, 2003) afirma que a importância do projeto reside "no seu poder articulador, evitando que as diferentes atividades se anulem ou enfraqueçam a unidade da instituição". (2001, p. 16).

De acordo com Veiga (2002) todo projeto necessita de uma direção política, um rumo, um norte. E por isso, o projeto pedagógico é um projeto político. Logo, o

projeto pedagógico de uma escola é um processo que busca nos resultados uma diretriz para o seu próximo passo. A essência de um projeto pedagógico não está marcado apenas por uma direção, centrada em uma única pessoa, mas pelo envolvimento e comprometimento de toda a comunidade escolar, da família, da sociedade e das políticas públicas.

Por isso, ao se falar de Projeto Político-Pedagógico da escola, a idéia é de que ela possua autonomia e uma gestão democrática voltada para o seu público-alvo, os usuários da escola, não somente o aluno “normal”, mas em particular o ANEE. Uma gestão democrática consolida o dever da escola de formar para a cidadania, e torna o processo de ensino-aprendizagem flexível, permitindo e garantindo ao aluno ser sujeito da sua aprendizagem. A escola está inserida no projeto de vida do sujeito, e é lá que ele passa uma boa parte do seu tempo. E, assim, torna-se necessário que o sujeito tenha uma participação efetiva caracterizando a natureza do ato pedagógico.

Tendo como pressupostos do PPP da escola, a autonomia e a participação, cabe ressaltar que os mesmos não se resumem a uma declaração de princípios contidos em algum papel, caracterizando um documento da escola. Mas precisa ser refletida nos atos do cotidiano escolar, como no conselho de escola, na adequação do ambiente, na escolha do livro didático, no planejamento de ensino, na organização de eventos e atividades em todos os níveis e espécies.

Para Veiga (2003) a gestão democrática estará refletida em toda a organização do ambiente escolar se for entendida na parceria atitude e método. Pois, atitude sem métodos adequados e democráticos, não é suficiente para o exercício de uma ação de cidadania que contemple e atenda de maneira satisfatória à diversidade dos alunos, mais especificamente à diversidade dos ANEEs.

Em relação ao fato que "o homem se constitui e é constituído pela cultura", e que o desenvolvimento humano envolve processo de transformação e incremento pelas interações e que a sociedade tanto influencia como é influenciada por esse processo, a escola precisa estar atenta e preparada para essas questões. O projeto

político-pedagógico da escola exige profunda reflexão sobre suas finalidades, tanto no aspecto educativo quanto social. A esse respeito Veiga (1996) afirma:

(...) a primeira ação que me parece fundamental para nortear a organização do trabalho da escola é a construção do projeto pedagógico assentado na concepção de sociedade, educação e escola que vise à emancipação humana. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente ele se constitui como processo. E, ao se constituir como processo, o projeto político-pedagógico reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, enaltecendo sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja seu objetivo político-pedagógico. (VEIGA, 1996. p. 157).

1.2 – A INCLUSÃO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A polêmica da inclusão social permeia desde sua criação até os dias de hoje, apesar de grande avanço nas pesquisas sobre o tema. As divergências teóricas das produções desenvolvidas nos últimos 30 anos têm gerado controvérsias no que se refere à aplicação e à forma de aplicação destas teorias . A escola tem perdido a sua função quando se detém apenas na busca de como o ser humano pode aprender, e não na aplicação.

Todo conhecimento torna-se, devido à necessária vinculação do meio ao indivíduo que pertence ao próprio meio, um auto-conhecimento. Essa interação faz-se cogente pela gênese unívoca entre os muitos integrantes do mundo da vida, sem olvidar que o homem é um desses integrantes. [...] Ocorre, deste modo, um acoplamento estrutural entre o sistema nervoso do observador e o meio proporcionando, assim, uma mútua transformação/adaptação. O ser é modificado pelo meio ao qual o próprio ser pertence e modifica (TRINDADE, 2007, p. 97).

A inclusão, inclusão escolar, historicamente chamada de integração escolar, tem tido pouca aplicabilidade no que diz respeito à busca por se definir uma forma de melhor educar aqueles com necessidades especiais educacionais, até porque não se pode ter uma receita partindo do princípio que estamos falando de seres humanos e que as diversidades e características devem ser tratadas de acordo com as especificidades de cada um, e que muitas vezes, para que haja aprendizado requer um atendimento diferenciado e com recursos técnicos e tecnológicos especiais. É preciso estar atento à singularidade do sujeito e utilizar da legislação para uma concreta e efetiva inclusão. E ainda, que os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem possam exercer o papel de mediadores e não de ditadores. Sendo assim, não se pode desprezar as informações empíricas, as quais podem ser de grande utilidade e com uma diversidade de riquezas.

A realidade da inclusão no Brasil, mais especificamente a educação especial passa pelo descaso do poder público, onde se observa a falta de profissionais especializados, bem como a escassez generalizada de recursos, observando a predominância de serviços que caracterizam mais a segregação escolar do que uma inclusão escolar.

Na verdade existem ainda muitas incertezas em relação à inclusão escolar; na verdade mais incerteza do que certeza, sendo a única, a de que: existe a necessidade de, primeiramente se quebrar o paradigma da exclusão, da segregação – isto, todos nós já sabemos que não pode continuar como está, porque não é correto, não é a melhor forma. Até porque a lei precisa ser cumprida, e a inclusão é um direito já adquirido – é o exercício da democracia, da cidadania - é uma necessidade do ser humano que precisa ser atendida.

Sendo assim, devem ser desenvolvidas frentes de trabalho de forma a criar instrumentos para abordar as questões mais estruturais da inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais (PNEE), bem como construir estratégias de enfrentamento para minimizar os diversos problemas gerados pela inclusão escolar. As experiências vivenciadas por nós no mundo de hoje, retratam uma realidade do nosso cotidiano na qual verificamos a necessidade de que haja uma intervenção em massa por parte dos educadores. Precisamos de professores que estejam dispostos

a transformar o mundo através da difusão e da produção do conhecimento de forma a intervir nos processos de destruição do ser humano dos quais todos nós somos participantes direta ou indiretamente. É necessário que sejamos cúmplices nos processos para que hajam mudanças, um comprometimento e envolvimento dos profissionais da área da educação, da saúde e serviço social, familiares e comunidade. De maneira que haja participação de todos os segmentos, com cooperação, promoção da humanização da sociedade faria o processo de inclusão escolar das PNEE mais solidário e menos preconceituoso.

Um ponto a ser destacado por Mendes (2006) em relação à inclusão, quando ela argumenta que “percebe-se nessa fase o pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de conviver socialmente, mas que deviam ser, antes de tudo, preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade.” Assim surgem alguns pontos a serem respondidos e este trabalho será direcionado de forma a responder a seguinte pergunta:

Como devo agir ao receber um aluno com necessidade educacional especial, se não me sinto capacitado para este atendimento, partindo do princípio que existem escolas que não possuem se quer um pedagogo para apoio educacional?

Para respondê-la, acredita-se que a implementação de um projeto político pedagógico (PPP) escolar com vistas à inclusão escolar dos alunos com deficiência deverá atender ao princípio da flexibilização curricular e metodológica, de forma que seja adequado às condições desses alunos, respeitando as diversidades e favorecendo o desenvolvimento escolar de cada um. Um projeto pedagógico que inclua os alunos com deficiência deverá seguir as mesmas diretrizes já traçadas pelo Conselho Nacional de Educação para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Profissional de Nível Técnico, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Indígena e do Campo. Entretanto, a elaboração e aplicação do PPP guiarão o professor neste processo subsidiando-o em seu modo de agir com o aluno com NEE.

No bojo das reflexões aqui apresentadas

[...] nenhuma escola poderá alcançar objetivos significativos, para os alunos e para a comunidade na qual se encontra inserida, se não tiver um projeto que norteie e dê suporte para a ação de cada um de seus agentes. (BRASIL 2004).

No âmbito da inclusão escolar os desafios e perspectivas destacados neste trabalho visam à análise, reelaboração e/ou aplicação de um projeto político pedagógico de maneira a atender à diversidade e especificidades da comunidade escolar. Sabe-se que os desafios em sala de aula hoje, são vários e que a construção do conhecimento se faz através das interações sociais. A sala de aula sendo um espaço pedagógico onde a troca de experiências, as informações transmitidas contribuem para o crescimento educacional do indivíduo. Nela, a ação pedagógica estruturada no trabalho de grupos, além de propiciar as necessárias trocas de informações, cria situações que favorecem o desenvolvimento da sociabilidade, da cooperação e do respeito mútuo entre os alunos, garantindo aprendizagens significativas. Entretanto, na educação, tanto quanto em outras áreas profissionais, observa-se que a construção do conhecimento não tem prioridade, prevalecendo somente, a preocupação de alguns em transmitir a informação, torna-se necessário que na prática cotidiana de sala de aula haja disponibilização em fazer a diferença.

Ao se buscar compreender como o PPP é elaborado e implementado, deverá ser feito com fundamentação na legislação e nos pressupostos teóricos para o ANEE, tendo como princípios norteadores a valorização do ser humano, a diversidade do ser humano e ter como principal objetivo a implementação de um planejamento juntamente com a equipe pedagógica e o intérprete educacional, professores regente e especialista, monitores e a família. Acredita-se que a proposta deva contemplar: a mobilização da equipe de professores de maneira a pensar e propor alternativas político-pedagógicas visando à promoção do ANEE, como por exemplo, uma educação bilíngüe para os surdos e mudanças estruturais no espaço escolar como um todo, desde a inserção de novos profissionais especialistas até a mudança de concepções de toda a comunidade escolar; o uso de novas metodologias, novos recursos e novas formas de avaliação voltadas para o ANEE; as metodologias com aulas expositivas com estudo de conceitos, exemplificações

teóricas dos conceitos com situações do cotidiano do ANEE considerando suas especificidades, e resolução de exercícios, e também demonstração da teoria através de experimentos práticos relacionados com o conteúdo; o incentivo ao aluno ANEE para o trabalho em grupo de forma a promover a interatividade com os demais alunos; e, ainda, a promoção à interação do professor regente e do ANEE, seja individualmente ou coletivamente, bem como a interação e integração entre professor regente e professor especialista; e o incentivo ao aluno ANEE à pesquisa e à leitura.

A escola pública atual se depara com novas exigências de cidadania e a busca de nova identidade de cada escola, pautada em uma sociedade globalizada. Um projeto pedagógico da escola atual está inserido num cenário marcado pela diversidade. Faz-se necessário revisar conceitos sobre as leis da natureza, a sociedade, o significado pedagógico da instituição escolar, o indivíduo, a noção de igualdade e de diferença.

Em resumo, o PPP de uma escola precisa basear-se em: no desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã, no envolvimento da comunidade interna e externa à escola, na participação e na cooperação de várias esferas do governo e na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

O PPP pode ter vários formatos, porém precisa antever-se à matrícula do aluno com deficiência contemplando as necessidades especiais em seu planejamento, por exemplo, eliminando as barreiras arquitetônicas, como rampas de acesso, instalação de barras de apoio e alargamento de portas. A escola deve possuir mobiliário adequado às características físicas do deficiente. Os materiais de apoio pedagógico como pranchas, presilhas para prender o papel, suporte para lápis, Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), computadores adaptados e ainda, outros recursos tecnológicos.

1.3 - A LEGISLAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Desde a Constituição Federal de 1988, até a legislação de nossos dias, todas dão amparo legal às pessoas com deficiência e, ou dificuldades de aprendizagem. Tem-se alguns pontos a considerar, primeiramente: a Carta Magna é a lei maior de uma sociedade política. Em 1988, a Constituição Federal, de cunho liberal, prescrevia, no seu artigo 208, inciso III, entre as atribuições do Estado, isto é, do Poder Público, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988). A garantia constitucional é resultado do compromisso liberal do Estado brasileiro de educar a todos, sem qualquer discriminação ou exclusão social e o acesso ao ensino fundamental, para os alunos, em idade escolar, sejam normais ou especiais, passa a ser, a partir de 1988, um direito público subjetivo, isto é, inalienável. Observa-se aqui um grande avanço quando diz que os portadores de deficiência devem receber atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Entretanto, há um recuo quando, ao fazer referência às pessoas com alguma necessidade especial, no âmbito escolar, como “portadores de deficiência”, registra-se o uso de uma terminologia excludente. A terminologia “portadores de deficiência”, herança da medicina praticada até fins do século XX, nos remete a um Brasil excludente que tratava seus doentes, deficientes ou não, como “portadores de moléstia infecciosa”. Este enfoque clínico, assim, perdurou até a Constituição Federal de 1988.

Ainda, no âmbito de Lei Ordinária, segue-se à Carta Magna a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei 9394/96), Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, uma lei derivada da Constituição Federal, a qual trata da adequação da terminologia “portadores de deficiência” para “educandos com necessidades educacionais especiais”.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no âmbito pedagógico consta que todos os alunos em algum momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos

e apoios de caráter mais especializado que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais.

De acordo com Mendes (2006):

analisando-se a literatura sobre inclusão escolar, constata-se que, em geral, sua origem é apontada como iniciativas promovidas por agências multilaterais, que são tomadas como marcos mundiais na história do movimento global de combate à exclusão social. Entretanto, entendemos que essa é uma versão romantizada dessa história, e a tese apresentada aqui é a de que o movimento pela inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais surgiu de forma mais focalizada nos Estados Unidos, e que, por força de penetração da cultura desse país, ganhou a mídia e o mundo ao longo da década de 1990. (MENDES, 2006).

E ainda, de conformidade com os relatos de Mendes (2006) pesquisadores norte-americanos como (SAILOR, GEE & KARASOFF, 1993; LIPSKY & GARTNER, 1997; TURNBULL *et al.*, 2002; SAILOR, 2002) identificaram que o termo “inclusão” apareceu na literatura por volta de 1990, como substituto do termo “integração” e associado à idéia de colocação de alunos com dificuldades prioritariamente nas classes comuns.

Os autores Sailor, Gee e Karasoff (1993, apud Mendes 2006)

apontaram que alguns elementos-chave dessa reforma, tais como a revisão curricular, a avaliação baseada no desempenho, a descentralização da instrução, a autonomia organizacional da escola, a gestão e o financiamento centrados na escola, a tomada de decisão compartilhada, a fusão e coordenação dos recursos educacionais e o envolvimento da comunidade, trouxeram implicações para a educação das crianças com necessidades educacionais especiais, na medida em que tais mudanças resultaram em maior flexibilidade para as escolas, que puderam, a partir de

então, romper com as práticas tradicionais e aceitar novos desafios. A reestruturação das escolas aumentou também a consciência e o respeito à diversidade, e produziu mudanças no papel da escola, que passou a responder melhor às necessidades de seus diferentes estudantes, provendo recursos variados centrados na própria escola. (MENDES, 2006).

Os anos foram passando desde então e as manifestações foram sendo expostas, através de declarações, legislações, resoluções, decretos e pareceres, dentre outros. E, mais um marco veio com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) no ano de 2008, onde seguem várias determinações relacionadas à Educação Especial (EE), dentre essas a primordial é que

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtorno globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

Frente a todas essas mudanças legislativas urge a necessidade de começar a repensar sobre as práticas educacionais e assim modificar as estruturas existentes em relação à EE e ao cotidiano escolar.

Assim, pode-se perceber que a EE possui um conceito amplo e novo, ao invés de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos.

A Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010, no Art. 29, define educação especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidade de ensino, e sendo parte integrante da educação regular, devendo,

portanto, ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar. E que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

E, ainda, os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os alunos e juntamente com o professor do AEE buscando descobrir habilidades e necessidades dos alunos.

Em seu Art. 1º define:

as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. (CNE/CEB, 2010).

E ainda, no Art. 2º define os objetivos destas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica

comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam. (CNE/CEB, 2010)

Já em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica, o art. 3º descreve que:

devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. (CNE/CEB, 2010).

A pesquisa desenvolve estudos que visam avaliar a implementação do PPP no âmbito escolar e sua integração nos processos de ensino-aprendizagem de maneira com vistas a educação inclusiva. Neste sentido, o trabalho tem duas linhas de ações básicas e uma meta a longo prazo. Sendo, estudar conceitos de inclusão escolar e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, promover o PPP e promover a inclusão escolar através da implementação do PPP.

II – OBJETIVOS

2.1 - OBJETIVOS GERAIS

Analisar a importância e a contribuição do Projeto Político Pedagógico com vistas à viabilização da inclusão no contexto escolar.

2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2 – 1 Identificar no Projeto Político Pedagógico da escola aspectos que direcionam as ações pedagógicas de forma a realizar a inclusão escolar do aluno com deficiência;

2.2 – 2 Investigar quais os aspectos que direcionam olhar pedagógico que estão contemplados no Projeto Político-Pedagógico da Escola de forma a incluir efetivamente o aluno com deficiência;

2.2 – 3 Identificar os principais desafios e perspectivas existentes para a inclusão do aluno com NEE contempladas no Projeto Político Pedagógico.

3.1 – FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida aqui possui característica teórica, qualitativa e descritiva, de acordo com a metodologia desenvolvida por Branco e Valsiner (1997; 1999; 2004) descrita como um processo cíclico de construção do conhecimento, “no qual o pensamento é orientado para objetivos e procedimentos específicos situados no contexto de um círculo de ações investigativas” (MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 79). E, ainda, em conformidade com a epistemologia qualitativa, que considera o processo de construção do conhecimento como um processo construtivo-interpretativo, interativo, fundamentada na perspectiva histórico-cultural de González Rey (2005), com foco na exploração da subjetividade.

Para Branco e Valsiner (2004):

É tarefa do pesquisador a construção de uma metodologia adequada aos objetivos do projeto, de maneira que tenha de forma suficiente clareza, precisão e sistematização e, ao mesmo tempo, tenha flexibilidade e seja capaz de adaptar-se a cada etapa do processo de investigação (BRANCO; VALSINER, 2004, apud MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 80).

Segundo González (2005) a pesquisa qualitativa tem seu “foco na exploração da subjetividade” privilegiando o epistemológico. A literatura registra que a investigação qualitativa possui um caráter essencialmente teórico (BRANCO; VALSINER, 1997, 1999; GONZÁLEZ-REY, 1997, 1999, apud MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 81). E, nesta linha de pensamento, para os teóricos:

a teoria é vista como uma construção sistemática que é permanentemente confrontada com a multiplicidade de ideias que aparecem entre aqueles que a comparam, das quais resultam um conjunto de alternativas que se expressam na investigação científica

e que seguem diferentes zonas de sentidos em seu desenvolvimento sobre a realidade estudada (MACIEL; RAPOSO, 2010, p.81).

A respeito da realidade observada e da construção do conhecimento sob o viés da subjetividade com ênfase na inter-relação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, González Rey (2005) afirma:

A subjetividade está constituída tanto no sujeito individual, como nos diferentes espaços sociais em que este vive, sendo ambos constituintes da subjetividade. O caráter relacional e institucional da vida humana implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos, mas também dos espaços de uma sociedade concreta estão estreitamente relacionados entre si em suas implicações subjetivas. É esse nível de organização da subjetividade que denominamos subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 2005, p.24).

Portanto, em conformidade com o tema pesquisado justifica-se a metodologia aplicada através dos procedimentos e instrumentos utilizados. Assim iniciamos a pesquisa apresentando aos sujeitos envolvidos: o tema da pesquisa, o referencial teórico que embasará o desenvolvimento do tema estudado, os objetivos a serem alcançados e a metodologia utilizada na pesquisa.

3.2 – CONTEXTO DE PESQUISA

Para a obtenção de dados foi feito um estudo de caso em uma escola da rede pública estadual situada na região metropolitana da Grande Vitória, no município da Serra, Espírito Santo com atendimento a alunos com deficiência.

A escolha da instituição de ensino foi feita por ser o meu ambiente de trabalho durante o período de dois (02) meses no ano letivo de 2010, e se tratar de uma escola que já trabalha com alunos com deficiência desde 2006. Por este motivo, entendemos que havendo já alguma familiaridade com o ambiente de pesquisa

contribuiria para o processo de construção dos dados, pois facilitaria o acesso às informações, agregando valores à pesquisa.

A escola existe há vinte e dois (22) anos e atende, hoje, aos alunos do Ensino Fundamental (1ª a 4ª, 5ª a 8ª) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 1º e 2º segmento, e Médio. A escola possui 13 salas de aulas, sendo uma sala anexa (1ª série) ao prédio escolar. Existe, ainda, uma sala de recursos sem estrutura adequada, uma biblioteca com capacidade para receber somente meia turma de alunos, um laboratório de informática, uma quadra poliesportiva com 02 banheiros em anexo, 01 sala de professores com dois banheiros, 01 cozinha, 02 banheiros para os alunos, com porta de acesso para cadeirante. Na entrada da escola existe uma rampa para acesso de cadeirante, com corrimão em um único lado. O atendimento no contra-turno de alunos com deficiência é feito na maioria das vezes na biblioteca. A escola é composta pela equipe de 01 gestor, 03 pedagogos, 04 coordenadores, sendo 02 do turno matutino, 12 auxiliares de secretaria, 14 professores efetivos, 40 professores com contratos por designação temporária, 02 estagiários de informática, 04 agentes de segurança, 07 cozinheiras e 10 auxiliares de serviços gerais. Os três turnos atendem um contingente de aproximadamente 991 alunos, funcionando no horário das 07:00 às 22:30 horas. O público atendido pela escola é marcado pela diversidade, compondo-se de várias comunidades diferentes de aproximadamente 07 bairros do entorno, bem como de outros bairros mais distantes. Mais da metade dos bairros possui baixa renda familiar, e a região possui indústrias e um comércio bastante forte. A faixa etária é de 06 a 60 anos de idade, em média.

O gestor se caracteriza como novo na escola, em seu primeiro ano de gestão. A maioria dos professores, funcionários e pedagogos possuem caráter de contratação por tempo determinado, poucos são efetivos, observando-se grande rotatividade de pessoal. Algumas situações podem ser apontadas, entretanto justifica-se que nada é feito pelo caráter de contratação da equipe gestora que deverá ser modificada ao final do ano letivo. Na equipe pedagógica a situação é um pouco mais delicada, haja vista que no turno da tarde, por exemplo, houve três trocas de pedagogo durante o ano.

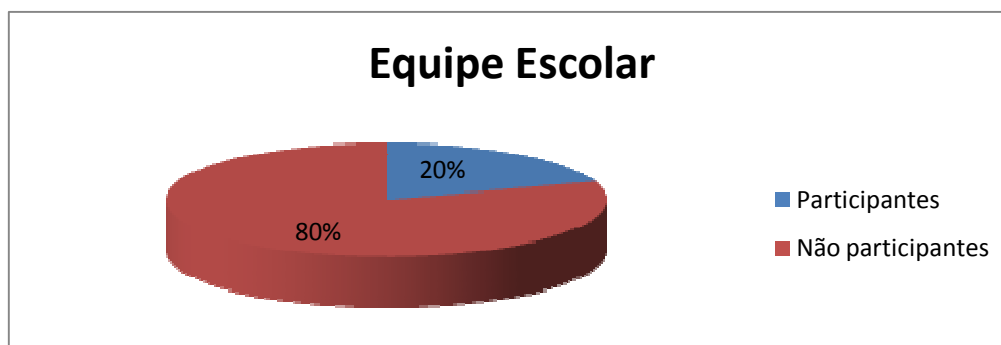
Tabela 1 - INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA

QUANTITATIVO DE ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL (1º a 9º ano) E					
EJA (1º e 2º segmento e médio)					
MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO	
Total	NEE	Total	NEE	Total	NEE
293	02	340	03	358	-

3.3 – PARTICIPANTES

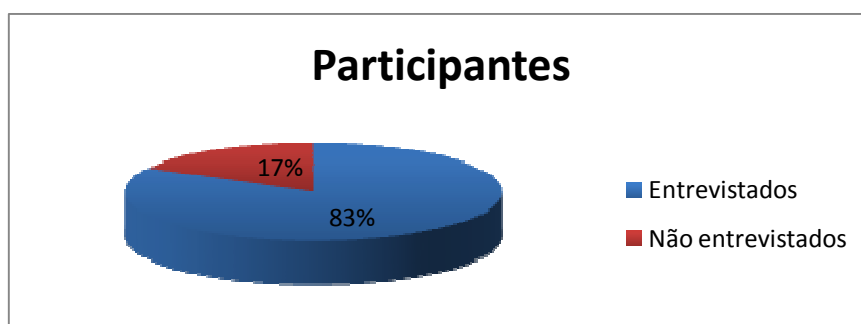
O trabalho foi desenvolvido com observações das crianças e professor regente em sala de aula, das crianças e professor itinerante na sala de recursos, e crianças no pátio durante o período de recreação. Do total da equipe escolar de 63, sendo 01 diretor, 03 pedagogos, 04 coordenadores, 01 monitor, 14 professores efetivos e 40 professores por contrato com designação temporária, tivemos 12 participantes na pesquisa. Desse modo foram envolvidos entre professores, monitor, coordenador e pedagogos, o correspondente a aproximadamente vinte por cento (20%) de toda a comunidade escolar, conforme mostrado no gráfico1.

Gráfico 1- Equipe Escolar



Do total de envolvidos, dois (02) não participaram nem da entrevista, nem do questionário, correspondendo aproximadamente dezessete por cento (17%) dos envolvidos na pesquisa, conforme representado abaixo, no gráfico 2.

Gráfico 2 – Participantes da Pesquisa



A entrevista contou com a equipe pedagógica, professores (ensino regular e educação especial) e monitor. A equipe pedagógica é composta de um (01) coordenador e dois (02) pedagogos, sendo um do turno matutino e um do turno vespertino; três (03) professores regentes da sala de aula, sendo dois (02) com aluno especial e (01) de sala comum do turno matutino e dois (02) com aluno especial e 01 de sala comum, do turno vespertino; e, ainda, os dois (02) professores itinerantes da sala de recursos e um (01) monitor no turno da tarde para acompanhar o aluno com deficiência múltipla.

Todos os sujeitos e o local foram denominados por pseudônimos, conforme os princípios éticos da pesquisa.

As observações foram feitas no contexto da pesquisa com foco nos alunos com necessidades especiais denominados: LETÍCIA, SÍLVIO, ANTÔNIO, MURILO e ANDRÉ conforme especificado na tabela 3, ora em sala de aula com o Professor regente, ora em horário de atendimento com o Professor Itinerante.

A aluna LETÍCIA possui um laudo para Síndrome de Down e, somente foi observada em uma sessão durante o atendimento com o Professor Itinerante, no contra-turno, à tarde. É comum o aluno freqüentar o contra-turno durante duas vezes na semana. É aluno faltoso na sala comum da 3ª série (4º ano) do turno matutino, por ter dificuldades de acordar pela manhã.

O aluno SÍLVIO é surdo, e foi observado em duas sessões, sendo uma na sala de aula da 2ª série, no horário do turno matutino, e outra, no atendimento do contra-turno com o Professor Itinerante, que aconteceu no mesmo horário, sendo o aluno retirado da sala de aula para o atendimento.

O aluno ANTÔNIO, com déficit de aprendizagem foi observado em uma única sessão no atendimento do contra-turno, no turno matutino. O aluno também é retirado da sala de aula para o atendimento com o Professor Itinerante.

O aluno MURILO possui laudo para deficiência múltipla, com diagnóstico de surdo e mudo, e não pôde ser observado por mim, pois todas as vezes em que fui à escola o aluno não se encontrava, e ainda, no início eu não tinha conhecimento de sua existência. É um aluno bastante faltoso.

O aluno ANDRÉ, com Síndrome de Asperger foi mencionado pela professora Rosa, professora de Matemática, que fez um breve relato dos quatro (04) anos que o aluno passou na escola, sendo da 5ª à 8ª série, pois o aluno é concluinte da 8ª série e irá para outra escola para cursar o ensino médio. A professora disse que irá juntamente com a professora de Português à nova escola do aluno para passar informações sobre o aluno. André é um aluno muito inteligente, aprende rápido.

Tabela 2 - Características dos sujeitos da pesquisa (equipe pedagógica, professores e monitor)

SUJEITO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE
Maura	Pedagogo	Pós-graduado
Regina	Pedagogo	Pós-graduado
Eunice	Coordenador	Pós-graduado
Dalva	Professor sem aluno especial	Pós-graduado
Marta	Professor	Pós-graduado
Edna	Professor	Pós-graduado
Ana	Professor	Pós-graduado
Rute	Professor sem aluno especial	Pós-graduado
Rosa	Professor	Pós-graduado
Carla	Professor Itinerante	Pós-graduado
Hilda	Professor Itinerante	Pós-graduado
Ivete	Monitor	Ensino Médio

Tabela 3 - Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) observados

ALUNO	DEFICIÊNCIA	IDADE	SÉRIE	TURNO
Letícia	Síndrome de Down	15	3ª	Matutino
Sílvio	Surdez	11	2ª	Matutino
Antônio	Déficit de Aprendizagem	11	5ª	Vespertino
Murilo	Deficiência Múltipla	30	1ª	Vespertino
André	Síndrome de Asperger	16	8ª	Vespertino
Sérgio Daniel	Sem Diagnóstico	15	5ª	Vespertino

3.4 – MATERIAIS

Foram utilizados para a construção, organização e análise das informações os seguintes materiais:

- Cópia do projeto político pedagógico para leitura (em fase de elaboração)
- Caderno de campo para anotações das observações
- Questionário em folha de papel formato A4
- Gravador de áudio para as entrevistas semi-estruturadas

Quero aqui ressaltar que o recurso de áudio não foi utilizado para todos os sujeitos da pesquisa, sendo que dois (02) participantes responderam as perguntas do questionário por escrito.

3.5 – INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Para a obtenção de dados foi feito um estudo de caso em uma escola inclusiva da rede pública estadual situada na região metropolitana da Grande Vitória no município da Serra.

As informações foram adquiridas através de: observações sistemáticas do cotidiano escolar com anotações no caderno de campo, conversas informais que aqui caracterizam-se como ferramenta interativa indutora de informação, de forma que cada resposta dada gera uma nova pergunta; entrevistas semi-estruturadas com um roteiro de entrevista (questionário), sendo que para dois participantes que não quiseram ser entrevistados, o roteiro de entrevista foi utilizado como questionário, e leitura da Proposta Pedagógica de 2010 da escola. Os instrumentos aqui utilizados para iniciar este trabalho de pesquisa para a obtenção dos dados foram algumas observações do cotidiano escolar com anotações no caderno de campo, foram feitas nos ambientes da sala de recursos com o professor itinerante, em sala de aula com o professor regente, no pátio da escola com outros professores e monitor. A dinâmica de conversas informais foi utilizada e também anotada no caderno de campo. E, ainda, as gravações em áudio das entrevistas semi-estruturadas feitas a

partir de um questionário, cujo modelo está em anexo, sendo um padrão único para todos os entrevistados, com uma duração de aproximadamente vinte (20) minutos para cada entrevistado. Cada entrevista foi realizada em lugar diferente no ambiente escolar, algumas no próprio pátio da escola, pois era aproveitado o intervalo das reuniões dos Conselhos de Classe para as entrevistas. Sendo depois as entrevistas gravadas para análise. Também foi feita a leitura da Proposta Pedagógica de 2010 da escola, a qual encontrava-se em sua fase de elaboração, buscando conhecer os aspectos que direcionam as ações pedagógicas de forma a viabilizar a inclusão escolar do aluno com deficiência, bem como identificar os principais desafios e perspectivas existentes na inclusão do aluno com NEE contemplados na Proposta Pedagógica da escola.

3.6 – PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

A escolha da instituição de ensino para a realização da pesquisa, como já mencionado, foi feita por se tratar do ambiente de trabalho do pesquisador durante o ano letivo de 2010, e principalmente, por ser uma escola que já trabalha com alunos com deficiência desde 2006.

Nosso estudo foi composto por uma entrevista semi-estruturada com os educadores da instituição tratando o tema “Inclusão escolar: Desafios e perspectivas de implementação do projeto político pedagógico na escola”. A fim de se iniciar o estudo apresentamos o tema à Diretora da escola e informamos que apresentaríamos posteriormente a “Carta de Apresentação”, o “Termo de Consentimento” e uma cópia do “Projeto de Pesquisa” versando o tema da pesquisa, o referencial teórico que embasaria o desenvolvimento do tema estudado, os objetivos a serem alcançados e a metodologia utilizada na pesquisa. E, me foi solicitado para encaminhar a documentação para a Pedagoga, sendo que a partir daí toda a comunicação e desenvolvimento da pesquisa era feito com as Pedagogas e Coordenadoras.

Dando sequência ao trabalho, foram feitas quatro (04) sessões de observação na sala de recursos, sendo duas pela manhã e duas à tarde, e uma sessão em sala de aula, no turno da manhã, com duração aproximadamente de oitenta (80) minutos cada, as sessões na sala de recursos e sessão de aproximadamente quarenta 40 minutos, na sala de aula totalizando trezentos e sessenta (360) minutos. Buscamos aqui, ao observarmos estes ambientes conhecer as formas de trabalho do professor itinerante na sala de recursos e sua relação com as ações propostas no Projeto Pedagógico da escola, de maneira a identificar os desafios no cotidiano escolar ao se inserir alunos com deficiência. E, do mesmo modo, conhecer os alunos com deficiência.

O próximo passo foi fazer a leitura da Proposta Pedagógica da escola que me foi encaminhada por meio eletrônico pelo Coordenador do turno matutino, já estávamos no dia quinze de dezembro de 2010.

As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro, nas duas últimas semanas do período letivo com duração de aproximadamente vinte (20) minutos cada uma delas, foram feitas posteriormente às observações, sendo no primeiro dia realizadas com quatro (04) professores do turno da manhã e uma coordenadora do turno da tarde; no segundo dia dois (02) professores ; no terceiro dia a monitora e no quarto dia a pedagoga do turno matutino e a do turno vespertino.

Vale ressaltar que uma professora e a monitora, se sentiram constrangidas em terem suas falas gravadas e preferiram responder ao questionário manualmente, não havendo objeção de nossa parte.

No mês de dezembro não foi possível entrevistarmos a diretora da escola, então agendamos a entrevista para o mês de janeiro, e, posteriormente para o mês de fevereiro, porém, por motivos diversos não foi possível a realização desta entrevista, e, portanto, não pudemos contar com essas tão preciosas contribuições.

Também, com as duas (02) professoras itinerantes, não foi possível a gravação das entrevistas e tão pouco a aplicação do questionário, em substituição à entrevista, pelo fato de que elas não se encontravam mais na escola, devido ser a última semana do período letivo, período de recuperação final.

O período total de desenvolvimento da pesquisa foi de três (03) meses e quinze (15) dias, de 27 de outubro de 2010 a 12 de fevereiro de 2011, sendo utilizados os horários dos turnos matutino e vespertino. O horário do turno noturno não foi incluído na pesquisa por não haver nenhum educando com necessidades especiais ali inserido. Sendo os alunos do turno matutino do 1º ao 5º ano (1ª à 4ª série) e, do vespertino do 6º ao 9º ano (5ª à 8ª série) e uma turma de 1ª série do ensino fundamental.

Tabela 4 – Período de realização da pesquisa

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	OUT/10	NOV/10	DEZ/10	JAN/11	FEV/11
Dinâmica conversacional	x	x	x	x	x
Observação em Sala de Aula	x	x			
Observação Sala de Recursos	x	x			
Observação no pátio	x	x	x		
Entrevista Semi-Estruturada			x		
Aplicação de Questionário			x		
Leitura da Proposta Pedagógica de 2010			x		

3.7 – PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A partir da leitura do projeto político pedagógico, ainda em construção, da análise crítica das observações do cotidiano da sala de aula do aluno com deficiência – aqui somente foi observada a sala de aula do aluno surdo, bem como do atendimento do Professor Itinerante na sala de recursos, nos turnos da manhã e da tarde em conformidade com as anotações do caderno de campo e, da gravação das entrevistas semi-estruturada e leitura dos dois questionários respondidos por escrito buscamos os resultados procurando usar de imparcialidade, coerência e consistência de forma a atingir os objetivos definidos. Os dados foram compilados priorizando-se a relevância da informação para a pesquisa.

Para a obtenção dos resultados foi feita uma triangulação dos dados obtidos através dos diferentes instrumentos utilizados. E, de forma a facilitar a interpretação e análise dos resultados, e garantindo que as informações sejam fidedignas, os dados coletados foram reunidos e agrupados por categorias para serem analisados, a partir da transcrição das entrevistas em sua integridade e considerando os temas recorrentes. Assim, as categorias de análise foram definidas. E, então, após sua compilação, os resultados foram apresentados no capítulo seguinte, o dos resultados e discussão teórica dos resultados.

Das análises realizadas foram estabelecidas categorias, a saber: visão limitada e conservadora da equipe escolar em relação à educação inclusiva; visão burocrática de projeto político-pedagógico; maiores desafios encontrados; perspectivas (um olhar diferenciado, realidades dentro e fora da escola, proposições precisam ser do conjunto).

Na análise de conteúdo, além dos autores utilizados na fundamentação teórica, foram consideradas as ideias de Kelman (2010), Luck (2005, 2006), dentre outros.

IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

A partir da leitura e análise do Projeto Político Pedagógico, da análise crítica das observações do cotidiano da sala de aula do aluno com deficiência, e do atendimento do Professor Itinerante na sala de Recursos descritas no caderno de campo, bem como, da degravação das entrevistas semi-estruturadas e da leitura dos dois questionários respondidos por escrito buscamos os resultados procurando atingir os objetivos definidos neste trabalho. Assim, para a apresentação dos resultados, as categorias de análise foram definidas com base em cada um dos procedimentos e instrumentos de construção de dados, e a partir do agrupamento das questões do questionário utilizado para a entrevista. As categorias definidas foram: visão limitada e conservadora da equipe escolar em relação ao aluno com deficiência; visão burocrática de projeto político-pedagógico, maiores desafios encontrados, perspectivas encontradas através de olhares diferenciados, realidades dentro e fora da escola, proposições que precisam ser do conjunto.

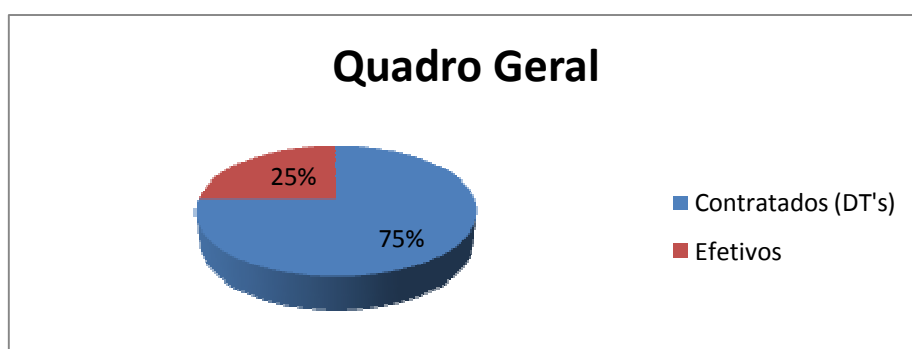
Para os questionários e as entrevistas foram apresentados como resultado as respostas e os trechos das transcrições das falas dos entrevistados, respectivamente, sendo organizados pelas categorias de análise construídas, tendo em conta os objetivos e indicativos relevantes, presentes nas falas, com esclarecimento dos critérios de recorte que foram utilizados.

Para as observações descritas no diário de campo os registros são aqui apresentados, coerentemente organizados com as categorias e objetivos, também descrevendo a forma de registro e os critérios de seleção das informações.

Pela análise das respostas dos participantes envolvidos na pesquisa, obtidas nos questionários e nas entrevistas, pela observação do contexto escolar e anotações no caderno de campo onde se utilizou como critério de escolha, uma escola onde tivesse inserido em seu contexto alunos com deficiência. Em paralelo, fomos confrontando as informações contidas no esboço da proposta pedagógica.

Em relação ao quadro efetivo da escola, constatamos que a rotatividade é muito significativa, conforme representado no gráfico 3. O que contribui para não haver uma participação coletiva na elaboração do PPP. (Pesquisador, Caderno de campo, 2010).

Gráfico 3 – Quadro de funcionários, professores e equipe pedagógica da escola



A importância da participação de todos se faz necessário por ser o projeto político-pedagógico um instrumento orientador das ações dentro e fora da escola, contribuindo dessa forma para que o trabalho aconteça com organização. Compete ao gestor (equipe gestora) se organizar provendo mecanismo para que ocorra a participação de todos, definindo no seu projeto a melhor forma a ser conduzido o processo pedagógico para alcance dos objetivos. Em relação ao exposto, Luck (2006) escreve:

Aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a sustentação de um ambiente propício à participação plena no processo social escolar de seus profissionais, bem como de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania, condição necessária para que a gestão escolar democrática e práticas escolares sejam efetivas na promoção da formação de seus alunos. (LUCK, 2006, p.78).

Nesse pensamento, portanto, o trabalho de articulação do gestor constitui-se em uma condição fundamental, que deve buscar na comunidade escolar e local parcerias que contribuam com idéias, críticas e sugestões que inovem as práticas já existentes.

4.1- Visão limitada e conservadora da equipe escolar em relação à educação inclusiva

Esta categoria de análise teve por base as questões 1, 4, 5, 14 e 15. A concepção de educação inclusiva da maioria dos entrevistados é bastante limitada e conservadora, o que pode ser percebido pelas respostas ao se perguntar “o que você entende por inclusão escolar?": “É colocar alunos com NEE juntos com os demais sem problemas” (Marta, Questionário, 17/12/2010). “A meu ver inclusão escolar é o seguinte: toda pessoa seja ela especial intelectualmente, fisicamente, ela tem o direito a estar aqui.” (Rosa, Entrevista, 17/12/2011). “Inclusão escolar é a oportunidade que se dá ao aluno que precisa de atendimento especial.” (Eunice, Entrevista, 17/12/2010). “É está colocando a criança especial junto às outras para o convívio social” (Ivete, Questionário, 22/12/2010).

“Eu entendo que inclusão é você estar incluindo aquele aluno com necessidades especiais junto com aquele que não tem necessidades especiais, é você estar trabalhando com ele para que aqueles alunos que não têm necessidades possam estar aceitando aqueles alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula.” (Edna, Entrevista, 17/12/2011).

“Inclusão escolar é dar acesso aos alunos com necessidades especiais, com deficiências de estar juntos com os outros coleguinhas e participar do processo de construção do conhecimento e das habilidades no seio escolar.” (Maura, Entrevista, 23/12/2010).

Na maioria das falas dos entrevistados percebe-se que o aluno está ali somente para socialização, ou porque ele tem o direito de estar ali, pois é lei, a lei

garante. Kelman (2010) argumenta que “A escola precisa alterar sua compreensão do que venha a ser uma escola inclusiva”. Ela observa ainda, o uso da expressão “seu aluno” quando se faz referência ao aluno surdo, em conversa com o intérprete educacional, afirmando que esta postura traduz uma concepção não inclusivista e que ainda se faz presente em muitas escolas (KELMAN, 2010, p.151).

Outra concepção sobre inclusão foi percebida ao se “perguntar como acontece o processo de inclusão dos alunos com NEEs”: “Existe um professor com formação de acordo para atender a esses alunos NEEs em outro turno.” (Marta, Questionário, 17/12/2010). Vemos aqui mais uma vez que a concepção de inclusão revela que o aluno com deficiência possui um professor especializado, exclusivamente para ele, ou seja, a ideia é que o aluno é do professor, e não da escola. E ainda, quanto à inserção do aluno no contexto escolar, observamos:

[...] acontece da seguinte maneira: o aluno chega na escola, é matriculado, vai para a sala de aula, **o professor que vai perceber** (grifo do entrevistado) que este aluno necessita de cuidados especiais[...]. Porque é a gente que cobra o laudo pra saber. Não sei se é problema que fala - a necessidade dele. Então, muitas vezes o pai não informa e a escola cobra, e a maioria das vezes quem vai perceber mesmo é o Professor em sala de aula. Porque isso, às vezes quando a escola sabe, às vezes não passa também para o profissional. (Rosa, Entrevista, 20/12/2010).

É, primeiro a aceitação do aluno, e depois a criação de espaços, né, o espaço onde eles são atendidos, atendidos individualmente, né, é como eu falei – um caminho. Toda a escola está se estruturando, então o processo de inclusão primeiro é a aceitação, vencer as barreiras da resistência da discriminação, e depois criar o espaço, a sala de recursos, que não temos; o atendimento especializado são esses os passos que a gente está dando no processo de inclusão de nossa escola (Rute, Entrevista, 17/12/2010).

Ao falarmos de inclusão precisamos estar atentos ao significado de exclusão social. “Exclusão está vinculada não apenas à pobreza, mas também a questões de gênero, raça, religião ou deficiência.” (KELMAN, 2010, p.34). E, além desses pontos,

em se tratando de inclusão escolar precisamos destacar o papel do sujeito ativo na construção de sua subjetividade e educação, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade, dado a garantia de uma educação de qualidade a todos, àqueles com deficiência ou não, utilizando de práticas pedagógicas diferenciadas, mas que garantam a equidade.

A escola possui um histórico de trabalho inclusivo, em seus vinte e dois (22) anos de fundação há relatos de atendimento de vários casos como, surdez, deficiência múltipla, síndrome de down, síndrome de asperger, deficiência mental, porém, ainda não existe uma proposta específica de maneira a contemplar a diversidade de modo que as necessidades sejam atendidas.

O que queremos aqui enfatizar não são as práticas utilizadas, mas os princípios que sustentam o desenvolvimento de crenças, valores e concepções. “Refletir sobre os princípios, portanto, é potencializar processos de mudança para que contextos escolares se tornem efetivamente inclusivos.” (COELHO, 2010, p.56).

Nesta linha de pensamento, agregam-se as questões legais subsidiando o projeto político-pedagógico da escola desde a educação infantil até a pós-graduação de maneira que deve prever as adaptações no espaço escolar de forma a garantir a acessibilidade e o desenvolvimento das atividades pedagógicas do aluno com e sem necessidades educacionais especiais.

4.2 – Visão burocrática de projeto político-pedagógico

Conhecer o projeto político-pedagógico da Escola Real tendo em vista sua importância no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência permitiu conhecer as ações que direcionavam o olhar pedagógico da escola.

E mesmo, a proposta que estava sendo elaborada tinha uma proposta um tanto quanto superficial, talvez evasiva. A seguir apresentaremos algumas amostras de falas nas entrevistas e trechos do documento sobre o tema. Quando perguntamos - “O que você entende por Projeto Político-Pedagógico?”, algumas

respostas foram bastante objetivas: “É o documento onde podemos encontrar a vida da escola e de sua clientela comunitária.” (Marta, Questionário, 17/12/2010). “[...] é a comunidade escolar que reúne e prepara atos e ações ao longo do ano.” (Rosa, Entrevista, 20/12/2010). “São todas as situações elaboradas da parte, do aluno como seu comportamento em andamento na sala de aula, exercícios, livros, deveres de casa, um conjunto entre professores alunos e pedagogia.” (Ivete, Questionário, 22/12/2010).

O projeto político-pedagógico ele nos dá, nos ajuda a orientar no que devemos estar fazendo na escola. É assim, o projeto, ele nos orienta, direciona o que devemos estar fazendo. E também é uma forma de estar conhecendo a escola, as pessoas que vem para a escola, o que tem, os bairros, a clientela da escola né [...] Quando a escola tem o PPP ela fica mais organizada [...]. Ela tem um suporte maior. É necessário, é fundamental ter o PPP. (Edna, Entrevista, 17/12/2010).

Ao lermos estas falas entendemos que a equipe possui entendimento da importância da elaboração e implementação do projeto pedagógico de forma a direcionar e sustentar as ações pedagógicas dos envolvidos no processo, porém as ações não se efetivam, haja vista que o projeto foi elaborado ao final do período letivo para cumprir uma determinação legal.

No esboço da Proposta Pedagógica 2010 da Escola podemos ter uma ideia do pensamento da equipe pedagógica, quando encontramos expresso no capítulo 1, item “Histórico da Escola”:

A proposta pedagógica da escola está fundamentada na concepção teórico construtivista sócio-interacionista e no CBC (Currículo Básico Comum) do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Espírito Santo. As situações que compõem o cotidiano das salas de aulas apresentam caráter construtivista, lúdico e prazeroso.

As nossas ações convergem para o desenvolvimento global do aluno envolvendo o aspecto social, afetivo, cognitivo e psicomotor. Temos como meta contribuir efetivamente para a formação do cidadão

crítico, participativo e integrado a sua comunidade no exercício da cidadania. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

Encontramos em seus “pressupostos filosóficos e pedagógicos e políticos”, no capítulo 5:

A proposta pedagógica tem como pressuposto que a escola é o lugar privilegiado para a aprendizagem e o exercício de valores sociais, morais e éticos, os quais podem contribuir para a formação de pessoas que aspiram a uma sociedade mais igualitária, solidária e democrática, e ainda que desempenhem um papel importante no desenvolvimento do país.

No sentido exposto, a escola deverá ser instrumento de um trabalho educacional verdadeiramente transformador, promovendo a formação do cidadão consciente e crítico, capaz de contribuir para as mudanças da sociedade e do meio empresarial através de uma boa formação moral e técnica, fundamentada nos princípios da gestão pela qualidade. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

Podemos ler no capítulo de “Organização Curricular e Metodologias de Ensino”:

Respeitar as individualidades é nossa maior preocupação. Entendemos que não há necessidade de homogeneidade no ensino, ao contrário, o trabalho com jovens em diferentes estágios de aprendizagem deste ou daquele, torna o processo mais rico e interessante, possibilitando o auxílio mútuo e constante de todo o grupo. Afirmamos que as pessoas têm diferentes níveis de interesse e produção, dependendo da aplicação prática do resultado daquilo que estão estudando, em suas vidas. Por isso o conteúdo programático do ensino fundamental e médio é trabalhado de forma à aplicação desses conhecimentos em sua vida. Dessa maneira, os alunos sentem-se estimulados durante o processo de aprendizagem. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

Encontramos um único capítulo específico que consta do esboço da Proposta Pedagógica da escola contemplando a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, o capítulo 8 - “Proposição de inserção social de alunos com necessidades educativas especiais”:

A escola, articulada com as políticas públicas educativas e seguindo às normas do Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino, deseja aprofundar estudos para que possa atender a todos os alunos que nela se matriculam. Desta forma está aberta para receber os alunos portadores de necessidades educativas especiais. Há dificuldades que precisam ser sanadas que são os recursos específicos e professores com formação neste atendimento, para as peculiaridades de cada aluno. Entretanto, acreditamos que é possível incluí-los no processo educativo trabalhando de forma diferenciada dentro das possibilidades e recursos materiais e pedagógicos que a escola possui.

A matrícula de alunos portadores de necessidades educativas especiais é um dos compromissos que a escola pública deve assumir aliada a uma luta constante na busca de recursos para atendimento a esta clientela. A inserção social acontece no cotidiano escolar junto aos demais alunos e favorece a socialização e a construção do conhecimento. As diferenças são fundamentais para que os alunos aprendam novos conhecimentos e também a respeitar e colaborar com a aprendizagem uns dos outros. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

Toda a equipe que se dispõe a oferecer um ensino de qualidade para seus alunos tem que estar preocupada com a formação permanente de seus profissionais. Apesar das limitações que são impostas ao ensino público no que se refere à formação continuada de seus profissionais, esta Escola, ao longo de sua história, tem destinado atenção especial a esse tema. Nos últimos anos com o aumento da carga horária de aulas e a conseqüente redução do tempo de planejamento, os momentos de estudo foram prejudicados e avaliamos que precisamos que estes momentos aconteçam se

quisermos proporcionar aos alunos uma educação de qualidade. Hoje os planejamentos, preenchimento de relatórios solicitados pelo órgão central, ocorrem durante o recreio dos alunos. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

E como “Conclusão” da proposta pedagógica, capítulo 13, consta que:

A escola reconheceu a importância do trabalho coletivo para a organização de suas ações, assim como a necessidade de compartilhar suas práticas. Essa atitude é importante porque mostra que a organização do trabalho pedagógico tem mais chances de sucesso quando o caráter coletivo é assumido pelos vários segmentos da escola. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

O projeto pedagógico constitui-se na identidade da escola, além de ser o elemento que indica seu rumo e a sua direção. Sendo o instrumento teórico-metodológico que explicita a intencionalidade da escola, possibilita a ela refletir permanentemente sobre o trabalho que produz. Percebemos que o trabalho pedagógico deve ocorrer por meio de ações planejadas e sistemáticas, para que práticas fragmentadas e improvisadas sejam evitadas. Daí a concepção de projeto pedagógico como o elemento que será o responsável pela sistematização do trabalho que a escola desenvolve. (Esboço da Proposta Pedagógica da Escola Real, 2010).

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, 2003, p.329).

Sendo assim, participação não é um fim, como cita o autor, participação é um meio, não sendo importante por si mesma, mas pelos resultados que propicia e pelo

desenvolvimento das relações que reforça o trabalho educacional e promove a gestão democrática. Participar significa não desenterrar conflitos e desestabilizar poderes individuais estabelecidos. Implica, sim, criar uma cultura de troca, reciprocidade e compartilhamento de responsabilidade. Conforme proposto por DEMO (1988, p. 20). “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temporárias.”

Mesmo afirmando que a participação não se constitui em um fim em si mesma, essa situação ocorre em muitas escolas que insistem em dizer que em seu ambiente há espírito de colaboração, em que as decisões são compartilhadas, os pais e professores auxiliam na construção do projeto político pedagógico, porém seus resultados referentes a aprendizagem significativa para seus alunos continuam os mesmos, sem qualquer melhoria, concluindo que a participação estaria sendo realizada com objetivos desfocados do aluno pelos profissionais da escola.

De acordo com Luck (2006, p. 52):

A promoção da participação deve ser orientada e se justifica na medida em que seja voltada para a realização de objetivos educacionais claros e determinados, relacionados à transformação da própria prática pedagógica da escola e de sua estrutura social, de maneira a se tornar mais efetiva na formação de seus alunos e na promoção de melhoria de níveis de aprendizagem.

O processo de gestão democrática escolar deve ser dinâmico, global, abrangente, participativo, envolvendo autores e atores na tomada de decisões, que deve ser compartilhada, isto é, envolvendo pais, alunos, professores, funcionários, e outras pessoas da comunidade na administração escolar, decisões estas que devem estar orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais, respeitando a diversidade de posicionamentos pessoais. Quando as decisões são tomadas pelos principais interessados na qualidade da escola, a chance de que dêem certo é bem maior. “Participação implica envolver-se dinamicamente nos processos sociais e assumir responsabilidades por agir com empenho, competência e dedicação visando promover os resultados propostos e desejados. Portanto é muito mais que adesão, é empreendedorismo comprometido”. (LUCK, 2006, p.47).

Porém, não estamos habituados a participar de modo pleno, cabendo aos gestores escolares abrir espaço à participação, promovendo o diálogo e a discussão coletiva. Estas práticas são indispensáveis à gestão democrática. Para isso a escola deve estar bem coordenada e administrada. Democracia e autonomia implicam em uma responsabilidade maior que leve a tomadas de decisões que possam ser executadas.

Além de ser um instrumento democrático, um projeto é sempre um empreendimento, organização de ações em função de necessidades e desejos de sujeitos concretos. É sempre o anúncio de algo que se quer alcançar. Por isso,

o projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação do seu papel social a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p. 9).

Em relação à participação coletiva, Vasconcellos afirma que:

Mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de construção do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Que o planejamento seja do grupo e não para o grupo. Como sabemos o problema maior não está tanto em se fazer uma mudança, mas em sustentá-la. Daí a essencialidade da participação. (VASCONCELLOS, 1995, p. 52).

O projeto pedagógico não pode ser entendido como um simples documento que após sua elaboração irá simplesmente para a gaveta, pois é necessário que haja um acompanhamento de modo que em sua implementação revisões e adaptações sejam realizadas.

Em organizações democraticamente administradas -inclusive nas escolas - os funcionários são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomadas de decisões, no estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente às necessidades das pessoas a quem os serviços da organização se destinam. (LUCK, 2005, p.17).

4.3 – Maiores desafios encontrados

Ao se falar em educação inclusiva em relação à inserção educacional de alunos com deficiências, requer o uso de novas práticas pedagógicas que favoreçam às especificidades objetivando a superação e garantindo qualidade na educação. Dessa forma constituindo-se um desafio a ser construído por toda a equipe pedagógica e educadores.

A gente sabe que a inclusão é um processo ainda [...] eu acredito que todas as escolas estão se estruturando, estão fazendo o seu caminho, então: são caminhos, necessidades físicas primeiro. Na escola nós não temos espaço adequado [...] o processo de inclusão primeiro é a aceitação, vencer as barreiras da resistência, da discriminação e depois criar o espaço, a sala de recursos que não temos, o atendimento individualizado, são esses os passos que a gente está dando. (RUTE, Entrevista, 20/12/2010).

Desde a educação infantil até a pós-graduação, o projeto político-pedagógico da escola deve prever as adaptações no espaço escolar de forma a garantir a acessibilidade e o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

[...] outra dificuldade que nós temos é a falta de uma formação específica dos professores. Então, eles adentram com as necessidades especiais deles e nós também temos as nossas necessidades. (RUTE, Entrevista, 20/12/2010).

Em algumas falas, nota-se que existem ainda, muitos preconceitos, tanto da parte dos profissionais envolvidos, como dos alunos e dos pais de alunos, o que pode ser observado a seguir:

[...] é, nós sabemos das resistências que existe, às vezes, por parte de alguns educadores né, porque a gente percebe conversando com muitos colegas, que a primeira coisa quando a gente tem um aluno com necessidades especiais é se sentir sem capacidade de trabalhar com ele. Eu não sei, eu não posso, eu não fui formado para isto, na faculdade não me ensinaram, né. Então, a primeira dificuldade é que a gente encontra a **resistência**. (Rute, Entrevista, 17/12/2010).

Nós sabemos também, que há casos de *bulling*, né, que são gerados devido ter alunos com necessidades especiais né, a gente não pode tapar o sol com a peneira. (Rute, Entrevista, 17/12/2010).

Entre desafios, incertezas e contradições observamos a existência de ações que geram perspectivas para a inclusão do aluno com necessidades especiais, ainda que sem um planejamento integrado, e muito aquém às necessidades.

“Acredito que muitos outros investimentos serão feitos, inclusive, ter um profissional dentro de sala de aula, quando houver necessidades.” (RUTE, Entrevista, 17/12/2010).

“[...] hoje que este atendimento é individualizado, à parte, fora da sala de aula. (RUTE, Entrevista, 2010)”.

“[...] justamente pelo atendimento ser no contra-turno, não tem como o professor regente estar ali também. E isso é uma deficiência que temos que corrigir [...]. Se o professor tivesse como interagir com esse profissional [...], trabalhando juntos, inclusive para avaliar o progresso do aluno.” (RUTE, Entrevista, 17/12/2010).

“São duas as maiores necessidades. É necessidade de espaço próprio para esse atendimento [...]. Outro grande desafio é ter o profissional na escola, para cada necessidade.” (RUTE, Entrevista, 2010).

O maior desafio talvez seja a falta de informação, o conhecimento sobre o tema “inclusão escolar” e até mesmo o que é um projeto, para que serve, porque

fazer, para que e para quem. Percebe-se a existência de concepções meramente teóricas. Surge então a necessidade da experiência, o que só irá se efetivar com capacitação, formação continuada e prática. Então, é preciso praticar! Eu preciso estar em sala de aula com o meu aluno. A prática acontecerá automaticamente com uma participação consciente, direcionada a objetivos e fundamentada em valores.

É muita responsabilidade para o professor, não é mesmo! Então, surge o trabalho em rede, que se inicia de dentro prá fora da escola. Em se pensando dentro da escola, a organização democrática de objetivos, necessidades individuais e coletivas, e ideias através da equipe gestora e pedagógica favorecerão o caminhar do processo educativo, no caso. Cabe então perguntar: Seria possível o caminhar do processo, sem um planejamento?

À escola cabe a integração com a família, comunidade local e toda e qualquer outra instituição.

Quanto ao lado externo se faz necessário também um comprometimento e um envolvimento maior e mais eficaz das secretarias municipais, estaduais e federais viabilizando os centros de apoio e referência, a acessibilidade do aluno, o AEE, o material didático, a capacitação formação continuada. Acreditamos que a interação com os órgãos citados anteriormente, torna-se inviável sem um planejamento, de forma a alcançar objetivos e metas, suprimindo as necessidades satisfatoriamente. Cabe ressaltar que o projeto político-pedagógico é um instrumento adequado ao impulsionamento das ações necessárias para este fim.

4.4 - Perspectivas encontradas através de olhares diferenciados, realidades dentro e fora da escola com proposições que precisam ser do conjunto

Embora, a escola não possuísse um projeto político-pedagógico para direcionar as ações pedagógicas dos envolvidos no processo de ensino, pois a Proposta Pedagógica de 2010 estava, ainda, sendo elaborada, e não sendo possível a leitura de uma versão anterior, observamos algumas atitudes individualizadas de forma a contemplar o atendimento à educação inclusiva. Um olhar diferenciado

como o da professora Rute (Entrevista, 2010) em relação ao aluno com deficiências ao afirmar:

Eles têm muito também prá nos ensinar [...] Eles não vêm desprovidos, com necessidades, mas não desprovidos [...] até porque se nós tivéssemos todo o conhecimento e fôssemos aplicar àquele aluno, às vezes a gente está aplicando um modo só para uma variedade, é uma diversidade. Então, junto com o aluno ele vai dizendo qual sua necessidade, o que ele precisa mais, o que ele precisa menos, e isso também nos incentiva mais a procurar o conhecimento, porque os professores que aceitam esses alunos querem trabalhar com eles, querem contribuir com esses alunos, ela vai querer ajudar, ela vai querer suprir realmente essas necessidades, e às vezes esse profissional não tendo esse conhecimento, ele vai procurar, vai correr atrás, ele vai buscar com o próprio aluno. (RUTE, Entrevista, 2010).

Realidades dentro e fora da escola com proposições que precisam ser do conjunto concatenam as perspectivas existentes como a escola percebe o aluno, começa-se como uma nova concepção. Pensamentos em relação ao que é um projeto político-pedagógico: “[...] é uma visão daquilo como a escola deve trabalhar. É bom que toda a escola siga para que haja um rendimento.” (Dalva, Entrevista, 17/12/2010).

Pensamentos de um projeto político-pedagógico realista geram uma expectativa de um caminhar para a educação inclusiva de todos os alunos, e não somente daqueles com deficiências:

É o documento, é a identidade da escola. Ele não pode ser construído por uma parte só. Todos de dentro da escola têm que ter esse conhecimento, tem que fazer parte desta construção, e ele é o caminho educacional da escola, é o que vai dar origem a todo o trabalho da escola, tudo que a escola faz ali deve estar contido nele. Ele tem que ser real, sem fugir, principalmente real, fidedigno na realidade. Não adianta um projeto bonito, mas baseado na ficção né, o que a gente não pode fazer, e deve ser realmente implementado,

mesmo com toda a dificuldade que a gente tiver, é ele que vai dar a orientação, saber aonde a gente quer chegar, com qualidade [...] mas ele tem que está sendo sempre revisado, questionado, implementado a cada instante. Inflexível, de jeito nenhum, se é um projeto particular da escola, não pode ser uma coisa engessada, ele tem que ser flexível. (RUTE, Entrevista, 17/12/2010).

[...] eu procuro atender o meu aluno dentro do conhecimento que eu tenho, atender às limitações dele. Então, a minha preocupação é como educadora, ser útil ao meu aluno. Eu tenho que dar oportunidades àqueles que têm necessidades especiais tanto quanto ao que não tem, eu tenho que trabalhar com equidade, claro que ele precisa de mais atenção minha, mas eu preciso tratar ele com equidade. Ele precisa ter as mesmas oportunidades que os meus alunos que não têm necessidades especiais. (RUTE, Entrevista, 17/12/2010).

No documento de DUCK (2006), ele destaca a importância de o professor acreditar no potencial de aprendizagem do aluno com necessidades especiais, valorizando a diversidade, o que não pode ser esquecido na elaboração do PPP:

É necessário então, aprofundar a análise dos fatores e das condições que possibilitam avançar em direção a práticas inclusivas, transformando a cultura escolar em uma cultura de colaboração e de valorização da diversidade, de respeito às crenças e às características do outro, bem como de ampliação das expectativas dos professore(a)s quanto ao potencial de aprendizagem dos aluno(a)s. A promoção de uma cultura de apoio e colaboração fundada em relações de respeito e cooperação entre aluno(a)s, professore(a)s, pais e apoio interno ou externo à escola (outros profissionais, organizações, etc) constitui fator chave para o desenvolvimento e a aprendizagem da comunidade escolar em sua totalidade. (DUCK, 2006, p. 115).

A professora Rute (2010) relata:

“Eu tive um aluno que ele tinha deficiência auditiva, e a gente na época não tinha nenhum conhecimento de como tratar. Então, era ele mesmo quem falava, eu tinha que falar sempre de frente para ele... Eles mesmos vão nos dando caminhos, e hoje, eu já faço o curso de libras...Outro aluno que eu tive é com déficit de aprendizagem. Eu procurava avaliar ele de outras formas, passar conhecimento prá ele dando maior atenção, fazendo verificação, acompanhamento constante para ver se ele estava aprendendo, para que ele tivesse as mesmas oportunidades.” (RUTE, Entrevista, 17/12/2010).

É preciso observar que o PPP é um documento que não pode ser deixado de lado, um simples documento institucional, “inclusive, a gente sabe que na nossa escassez de tempo, na nossa correria, que nem sempre esse documento está disponível nas nossas mãos tão facilmente, a cada instante” (RUTE, Entrevista, 17/12/2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do tema pesquisado e do referencial teórico que orientou nossas reflexões, podemos afirmar que o projeto político-pedagógico é um caminho que tende a contribuir, de maneira efetiva, com o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência através de uma nova cultura organizacional da escola. Não se pode negar do grande desafio que é construir uma proposta pedagógica, bem como a sua implementação e conseqüentes adaptações no decorrer das atividades escolares de modo a ter a participação e envolvimento de toda a comunidade escolar e externa. A partir dos resultados verificou-se que via regra, todos têm consciência da importância de elaboração do projeto político-pedagógico. Entretanto, quando falamos de implementação e adaptação é observado que este documento é esquecido, caracterizando-se como um “documento de gaveta”, o cumprimento de uma determinação legal. Desse modo, é mister a difusão de um entendimento de que através de um planejamento é que caminharemos para uma educação de qualidade, um trabalho pedagógico organizado, uma gestão democrática.

Existem questões muito interessantes que perpassam por questões legais, pela relação aluno-professor e família que garantem a efetiva inclusão. É preciso repensar a estrutura da escola, o espaço físico, a quantidade de alunos por sala de aula, a forma como os especialistas podem colaborar para garantir a inclusão destes alunos na escola. Entretanto, repensar sobre a relação professor, aluno, família e escola são questões muito abrangentes e polêmicas, no entanto essenciais, primordialmente em contextos inclusivos.

Mas, o primeiro passo para a efetiva inclusão passa pela relação professor-aluno e, é realmente necessário que sejamos cúmplices deste processo. O olhar diferenciado da comunidade escolar refrata a realidade do aluno com necessidades especiais, realidades dentro e fora da escola, com proposições que precisam ser do conjunto e contribuem para a existência de novas perspectivas que irão fazer diferença no cotidiano escolar, intervindo nos processos de ensino –aprendizagem,

não somente do aluno com necessidades especiais, mas de toda a comunidade escolar.

Os desafios e contradições existentes na inclusão de alunos com necessidades especiais são muitos, porém não devem ser impedimento para a realização da inclusão do aluno. Precisamos vencer os obstáculos da falta de laudo, da complexidade da terminologia, das contradições na legislação, da falta de atendimento especializado e de um monitor.

O maior desafio talvez seja a falta de informação, o conhecimento sobre o tema é fundamental. Talvez seja esta a pedra fundamental para a implementação da inclusão de alunos com necessidades especiais. E, a elaboração de um projeto para que se possa começar a acreditar no processo de inclusão escolar, que até aqui tem sido mais uma “estória da carrocinha”.

A ideia de projeto político-pedagógico como um documento a ser apresentado às Secretarias Municipais ou Estaduais ao final do ano deve ser avaliada. Uma obrigação sim, mas com compromisso, com democracia, expressando não somente as necessidades, mas também os desejos da maioria. Mas, uma proposta pedagógica realista, que ao início do ano, contenha e contemple as necessidades, primordialmente, do aluno.

É necessário sim, a formação continuada dos profissionais diretamente envolvidos com o aluno com necessidades especiais. E esta deve ser suprida, primeiramente pelo município, pelo Estado e pelo Governo Federal.

Existe ainda, a necessidade de que as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação tenham um envolvimento maior com as escolas de forma a interagir e suprir as escolas no atendimento educacional especializado (AEE) no que diz respeito ao Professor Especializado, Monitores, Salas de Recursos, Centros de Apoio e Centros de Referência contribuindo assim, para o desempenho do aluno de forma complementar e suplementar, concomitantemente, com a articulação do pedagogo. O AEE deve ser no contra-turno e deve ser articulado pelo pedagogo do turno no qual o aluno está matriculado, viabilizando a ida dos alunos no contra-turno. O professor especialista deve ainda interagir com o professor regente em sala de

aula, no respectivo turno. Hoje, em sua maioria, este atendimento praticamente não existe.

Entretanto, outro fato bastante relevante é a rotatividade de profissionais onde a maioria das escolas da rede pública estadual trabalha com um efetivo girando em torno de vinte e cinco por cento (25%) o que representa um rodízio de mais da metade dos profissionais ano a ano, sem levar em consideração alguns casos isolados onde o rodízio anual na função é bastante acentuado. Sendo assim, fica prejudicado o processo de implementação de um projeto político-pedagógico.

Uma equipe pedagógica fortalecida e capacitada fará a articulação da escola com a família, que também necessita de informação e orientação, bem como a articulação com a comunidade externa.

Somente assim, com mudanças de atitudes, busca de informação, capacitação, cada um cumprindo o seu papel, com respeito primeiramente pelo indivíduo como cidadão que possui direitos de maneira que assim sua necessidade seja atendida.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Uma inclusão nada especial**: apropriações da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede pública de educação fundamental do estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002, p.03-58.

BRANCO, Angela Uchôa (Universidade de Brasília, Brasil); VALSINER, Jaan (Clark University, USA). A questão do método na psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva co-construtivista. In: PAZ, M. das Graças Torres da; TAMOYO, A. **Escola, Saúde e Trabalho**: estudos psicológicos (orgs.). Brasília. Ed. UnB, p. 23-40.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/Secretaria de Educação Especial-MEC; SEESP, 2001. 79p.

_____. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: a escola**/Secretaria de Educação Especial-MEC; SEESP, 2004. 26p.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Revista de Educação Especial. Brasília, v.4, n.1, 2008, p.7-17.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. CNE/CEB. 2010.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão Escolar. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília: UnB, 2010, p. 55-70.

DUCK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3.ed. Brasília. MEC-SEESP, 2006. 266 p.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 1, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>. Acesso em 11/06/2010.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília-DF, 1994, p. 576-581.

GONZÁLEZ, Fernando Rey. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, Educação e cultura. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília: UnB, 2010, p. 11-50.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno CEDES**. Campinas, v. 26, n. 69, 2006. Disponível em : <<http://www.scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em 05/03/2011.

LAROCA, Delzira de F. Paes; SCHNECKENBERG, Marisa. **O Projeto Político-Pedagógico como instrumento de democratização da gestão escolar**. Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116. Disponível em: <http://www.unicentro.br> - Ciências Humanas. Acesso em 01/12/2010.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Miriam B. Tavares. Metodologia e Construção do Conhecimento: Contribuições para o Estudo da Inclusão. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar**. Brasília: UnB, 2010, p. 73-102.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, vol.11, n.33, Rio de Janeiro, Sept./Dec., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>. Acesso em 10/11/2010.

PADILHA, Adriana C. **Projeto Político-Pedagógico e Educação Especial**: ações, contradições e desafios à Inclusão Educacional na rede municipal de Campinas/SP. Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. Disponível em: www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde.../arquivo.php? Acesso em 01/12/2010.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa e Bartholo, Roberto dos Santos. **O professor e o ato de ensinar.**

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. **Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo.**

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Inovações e projeto político-pedagógico:** uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 03/04/2011.

VEIGA, Ilma Passos; RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). **Escola:** espaço do projeto político- pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

WIKIPÉDIA: **a enciclopédia livre.** Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto>>. Acesso em 07/03/2011.

APÊNDICES

A – Questionário (modelo aplicado para as entrevistas com gestor, pedagogo, professores e monitor)

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR INCLUSÃO ESCOLAR?
2. O QUE VOCÊ ENTENDE POR PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?
3. O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE) ESTÁ CONTEMPLADO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA?
4. COMO ACONTECE O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEEs NA ESCOLA?
5. QUAL É A SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM NEE?
6. A ESCOLA RECEBE ALGUM APOIO PARA QUE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR ACONTEÇA DA FORMA DESEJÁVEL?
7. QUAIS SÃO AS ESTRATÉGIAS USADAS NA INCLUSÃO SEGUNDO A ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA?
8. COMO OCORRE A INTERAÇÃO PROFESSOR-ALUNO EM SALA DE AULA?
9. ONDE ACONTECE A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DO ALUNO COM NEE? (SALA DE AULA, SALA DE RECURSOS, BIBLIOTECA, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA)?

10. EM QUE HORÁRIO O ALUNO COM NEE RECEBE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO?
11. COMO É FEITO O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS, À PARTIR DE SITUAÇÕES –PROBLEMA OU POR PROJETOS?
12. VOCÊ POSSUI ALGUMA FORMAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA?
13. COMO O PPP DA ESCOLA É CONSTRUÍDO? QUEM PARTICIPA DA ELABORAÇÃO DO PPP?
14. VOCÊ ACREDITA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS?
15. O QUE VOCÊ ACHA QUE É NECESSÁRIO PARA QUE A INCLUSÃO ESCOLAR ACONTEÇA EFETIVAMENTE?

ANEXOS

A – Carta de Apresentação

B – Termo de Consentimento



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Maria Penedo”

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual 1 (uma) dentre as 20 (vinte) turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do Estado do Espírito Santo (pólo UAB-UnB de Vitória). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista, observação e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores / servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pela Professora cursista Adalgiza de Fátima Silva sob orientação da Professora Mestre Raquel Soares Santana, cujo tema é: “DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR SOB A VISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO” para que possa ser desenvolvido na escola.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio do e-mail: raquelssantana@gmail.com. (Prof^ª. Mestre Raquel Soares Santana, Orientadora) ou divamaciel52@gmail.com (Prof^ª. Doutora Diva Maria Moraes Albuquerque Maciel,).

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,

Educação e Inclusão Escolar



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR SOB A VISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO” de responsabilidade da pesquisadora Adalgiza de Fátima Silva, orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília (UAB-UnB), pólo Vitória, e estou realizando um estudo sobre “Desafios e Perspectivas da Inclusão Escolar com foco no Projeto Político Pedagógico da Escola”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos, favorecendo o processo de formação continuada dos professores nesse contexto.

Constam da pesquisa observações das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs, INCLUSÃO, etc., entrevistas com os professores e outros no intuito de coletar dados necessários para este estudo. Para isso, solicito sua autorização em participar como objeto de estudo.

Esclareço que a participação é voluntária. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (27 - 32418890) ou no endereço eletrônico adalgizafa@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Adalgiza de Fátima Silva

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

Cargo/função:

E-mail (opcional):

Telefone (____) _____ celular (____) _____

Assinatura: